



Exma. Senhora  
Dra. Catarina Gamboa  
Chefe de Gabinete do Secretário de Estado  
dos Assuntos Parlamentares  
Palácio de São Bento  
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
1018 Ent. 1484	8/04/2020	N.º: ENT.:1612 PROC. 01.02.01 PCP	14/04/2020

**Assunto: Pergunta n.º 1523/XIV/1.ª, de 8 de abril de 2020 (PCP)**

Na sequência da Pergunta n.º 1523/XIV/1.ª, apresentada por Deputados do Partido Comunista Português, que versa sobre a situação dos músicos da Orquestra Clássica do Sul, prestam-se os seguintes esclarecimentos:

O Ministério da Cultura tomou conhecimento da existência de questões laborais na Orquestra Clássica do Sul, bem como das dificuldades financeiras da respetiva entidade promotora.

No contexto de excecionalidade decorrente do atual surto pandémico, o Estado, através da Direção-Geral das Artes (DGARTES), flexibilizou algumas das obrigações contratuais para efeitos de processamento do apoio financeiro, à semelhança do que já tinha sucedido em relação às entidades beneficiárias dos apoios às artes, como aliás foi tornado público.

Nessa conformidade, a DGARTES processou os apoios financeiros respeitantes ao primeiro trimestre do corrente ano, sem condição prévia de apresentação da documentação obrigatória prevista nos respetivos contratos por parte das orquestras regionais. Foi, assim, no caso da Orquestra Clássica do Sul, uma forma de obviar às suas dificuldades financeiras.

Na sequência das informações apuradas, o Ministério da Cultura tem vindo a monitorizar com particular atenção a situação da Orquestra Clássica do Sul, relativamente à qual, para que possa ser prosseguido o respetivo trabalho de interesse público, importa garantir adequadas condições laborais e um equilíbrio económico e financeiro no curto, médio e longo prazo.



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA DA CULTURA

Assim, sem prejuízo do apuramento das questões laborais expostas por parte da ACT, a comissão de acompanhamento instituída ao abrigo do Estatuto das orquestras regionais encontra-se a ultimar os trabalhos de avaliação necessários para que, em função do que vierem a ser as respetivas conclusões, o Governo esteja em condições de adotar as medidas mais adequadas, designadamente ponderando a criação de mecanismos que simplifiquem e tornem mais célere a concessão do financiamento necessário e promovendo uma participação ativa e articulação com as autarquias locais envolvidas.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete,

Sara Gil